

IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL POR INTEGRANTES DE UM GRUPO DE CONVERSACÕES PÚBLICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO ATENDIMENTO À SAÚDE

Gabriela Silva de Jesus (Programa de Iniciação Científica; Departamento de Psicologia; Universidade Estadual de Maringá; Maringá, PR-Brasil). Tayná Travain Calicchio (Programa de Iniciação Científica; Departamento de Psicologia; Universidade Estadual de Maringá; Maringá, PR- Brasil). Murilo dos Santos Moscheta (Programa de Pós-graduação em Psicologia; Departamento de Psicologia; Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR- Brasil)

contato: gabrielajesus.gj@gmail.com

tay_calicchio@hotmail.com

Palavras-chave: Construcionismo social. Diversidade Sexual. Repertórios lingüísticos.

O Brasil é um país onde raça, credo e orientação sexual ainda são motivos de discriminação. A diversidade sexual “definida” como práticas sexuais e afetivas distintas da heterossexualidade, é alvo dessa discriminação na medida em que se afasta daquilo que é socialmente aceito como normal. Entende-se a heterossexualidade como uma construção discursiva que ganhou efeitos de verdade e realidade desde o final do século XIX construindo a partir do discurso médico científico uma referência de normalidade a partir da qual todas as outras formas de sexualidade são consideradas desviantes, tais como a sexualidade de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT). Tal caracterização possibilitou a abertura para contextos de violência e discriminação, contrariando a imagem do Brasil como um país permissivo em relação à sexualidade.

Percebe-se que a estigmatização, a violência e a exclusão, ou seja, violação de direitos humanos da população LGBT, seja por práticas legalizadas ou não, mantém e repõe relações marcadas por tensões, incompreensões e desequilíbrio de forças. No âmbito da saúde, tal configuração deforma um dos princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS), a equidade, que tem por objetivo oferecer a cada um aquilo de que precisa (MOSCHETA, 2011; ROMANO, 2008).

Diante desse cenário é que em 2004 foi publicado o Programa Brasil sem Homofobia, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), cujas ações produzem reverberações no âmbito da saúde, no que diz respeito à implantação de Centros de Referência, estímulos à pesquisa, capacitação de profissionais de saúde para atendimento a população LGBT. Além de apoiar projetos de prevenção, o Ministério da Saúde tem construído ações e desenvolvido

IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

campanhas a fim de dar visibilidade a população LGBT, abrindo novos caminhos para a almejada integralidade disposta como princípio do SUS (CORRÊA, 2012).

Além disso, alguns estados brasileiros já contam com ambulatórios especializados para atendimento à população LGBT, são exemplos os estados de São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro, sendo que em 2012, o estado do Paraná anunciou a construção de um ambulatório específico para essa população. Contudo, considerando que a saúde é um direito de todos, ainda é pequena e restrita a apenas alguns estados a quantia de ambulatórios especializados para este público, bem como o acesso às tecnologias de saúde para terapias hormonais e cirurgias plásticas, como implante de próteses (PLANETA G, 2012).

Diante de todos esses ganhos e da vulnerabilidade a que essa população ainda está sujeita, foi realizado um Maringá-PR um grupo do Projeto de Conversações Públicas (PCP) que consiste em uma estratégia de facilitação de diálogos acerca da violência e discriminação sexual com o objetivo de promover mudança e qualificação nos serviços prestados à população LGBT. Neste contexto, esta pesquisa buscou compreender os sentidos construídos sobre diversidade sexual por integrantes do grupo de Conversações Públicas constituído por LGBTs e profissionais do serviço de saúde. Ou seja, buscamos compreender por meio da análise das falas dos participantes ao longo do encontro, quais sentidos eles construíram acerca do que é ser gay, lésbica, transexual e travesti na interação grupal e como esses sentidos podem se relacionar com novas possibilidades de atendimento à saúde desta população (ARÁN; MURTA, 2009). Buscamos, portanto, estudar os sentidos construídos porque a partir do entendimento construcionista social, os modos de descrição da realidade circunscrevem as possibilidades de ação. Assim, as práticas de cuidado em saúde destinadas à população LGBT guardam estreita relação com as descrições produzidas pelos profissionais de saúde acerca da sexualidade desses sujeitos. (MOSCHETA, 2011)

Desse modo, esse trabalho justifica-se na medida em que a compreensão sobre quais descrições acerca da sexualidade LGBT contribuem ou não para a construção de uma assistência em saúde qualificada, podendo subsidiar a formulação de estratégias precisas de formação em saúde.

O encontro foi audio-gravado e posteriormente transcrito na íntegra e literalmente. A análise das transcrições foi realizada a partir dos repertórios linguísticos utilizados pelos participantes para fazer referência à diversidade sexual. Para a análise, foi criado um glossário, ou seja, a união dos repertórios linguísticos sobre diversidade sexual para

IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

possibilitar a identificação de quais sentidos foram construídos no âmbito da saúde sobre diversidade sexual (ARAGAKI, PIANI E SPINK, (2004). Os sentidos acionados no grupo foram organizados da seguinte maneira: primeiramente foi apresentado como os LGBTs se descrevem e em seguida o modo como os LGBTs pensam que os “outros” os descrevem. Em outra tabela relatamos como os profissionais de saúde descrevem os LGBTs.

Nos repertórios identificados no modo dos LGBTs se descreverem constam aspectos negativos, como o sofrimento com o preconceito, a exclusão e marginalização social. 3 participantes dos 4 presentes no grupo, relataram que são iguais a todos os seres humanos porque compartilham uma mesma característica, ou seja, de serem diferentes. Vocabulários pejorativos, tais como animal, drogado, ladrão, portador de HIV, foram utilizados quando descreviam o modo como eles pensam que os outros descrevem os LGBTs por 3 participantes, sendo que o quarto relatou um desconhecimento da população em relação ao travestismo.

Por fim, os repertórios identificados no modo dos profissionais de saúde descreverem os LGBTs foram: pessoas que apresentam especificidades, que por fugirem aos padrões chocam as pessoas e são, muitas vezes, associados à portadores de DSTs e viciados. Contudo, verificamos também repertórios que descrevem os LGBTs como sujeitos envolventes, alegres, simpáticos e que conquistam facilmente as pessoas. Assim, ao considerarmos os repertórios trazidos pelos profissionais de saúde, nota-se que as ações de saúde destes profissionais correm o risco de seguirem sentidos opostos. De um lado, destaca-se a descrição da população LGBT como “aqueles que chocam” e que portando necessitam de cuidados exclusivos, separados do restante da população usuária dos serviços, para preservar estes do impacto e aqueles do constrangimento da reprovação pública. Tal descrição coloca os profissionais de saúde em dúvida, por exemplo, com relação a qual ala ou quarto de hospital devem internar uma travesti ou transexual. Por outro lado, destaca-se a descrição da população LGBT como simpática e alegre e com capacidade de conquistar a simpatia das pessoas ao seu redor. Tal descrição aponta aos profissionais de saúde a possibilidade de pensar a inclusão de travestis e transexuais em alas femininas contando com a capacidade delas em, por simpatia, desfazer o choque e rejeição inicial das outras usuárias do quarto. Aqui, a inclusão apesar do impacto e contando com a empatia, pode ganhar um caráter educativo e transformador na medida em que permite que a população em geral desfaça seus preconceitos ao ter que conviver com o outro em sua diferença, em um mesmo espaço e com ele negociar estas diferenças.

IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá
12, 13 e 14 de Novembro de 2014

Referências

ARAGAKI, Sérgio Seiji; PIANI Pedro Paulo; SPINK, Mary Jane. Uso de repertórios lingüísticos em pesquisa. In: SPINK ET.al. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 2 p. 15-41, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312009000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 ago. 2014.

ARÁN, Márcia; Zaidhaft, Sérgio; MURTA, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, n. 1, p. 70-79, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000100008>. Acesso em: 20 ago. 2014.

CENTRO COLABORADOR DA OMS PARA A CLASSIFICAÇÃO DE DOENÇAS, CID-10. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à saúde**, São Paulo, 1993. Disponível em: <[www.DATASUS.gov.br/cid10/webhelp/cid10.htm](http://www.datasus.gov.br/cid10/webhelp/cid10.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Disponível em:<www.cfp.org.br>. Acesso em: 20 ago 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Departamento de Apoio à Gestão Participativa, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Revista de Saúde Pública**, n. 3, p. 570-573. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000300027&Ing=en&nrm=iso>. Acesso: 20 ago.2014.

MOSCHETA, Murilo dos Santos. **Responsividade como recurso relacional para a qualificação da assistência à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Ribeirão Preto, 2011.

PLANETA G. **Secretaria de Saúde do Paraná planeja ambulatório para a população LGBT**. Disponível em: <<http://gplaneta.blogspot.com.br/2012/10/secretaria-de-saude-de-sao-paulo.html>>. Acessado em 14 Maio de 2014.

ROMANO, Valéria Ferreira. As travestis no Programa Saúde da Família da Lapa. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, n. 2, p. 211-219, 2008. Disponível em:

IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200019&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2014.

SOUZA, Laura Vilela. et al. **Conversações públicas:** novos paradigmas para transformações sócias(Projeto Fapemig). Universidade Estadual de Maringá, e Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Paraná e Minas Gerais, 2011.